

A REFERENCIAÇÃO EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Vanilton Pereira da Silva
Departamento de Letras – UFRN

Resumo

Partindo da compreensão de que os processos referenciais são construídos a partir de relações intersubjetivas desenvolvidas no interior de contextos enunciativos específicos, postulamos a necessidade de transpormos a ideia de que a referência limita-se a estabelecer correlações entre as coisas do mundo e suas respectivas descrições “verdadeiras” e evoluirmos para a idéia de referenciação, ou seja, de atividade discursiva de construção de sentido. Dessa forma, parece-nos coerente o entendimento de que o mundo é engendrado através da maneira como o elaboramos cognitivamente no entorno físico, social e cultural em que estamos inseridos. Compreendemos, portanto, a referenciação como sendo um processo discursivo e adotamos o conceito de objetos-de-discurso como produtos desse processo. É a partir desse quadro conceitual que pretendemos evidenciar, considerando a obra literária “Grande Sertão: veredas”, de João Guimarães Rosa, como as operações lingüístico-cognitivas da narrativa roseana se estruturam e dão sentido ao mundo construído na obra supracitada.

PALAVRAS-CHAVE: Referenciação; objetos-de-discurso; operações lingüístico-cognitivas; construção de sentido.

1. Introdução

“O pensamento e a palavra não são ligados por um elo primário. Ao longo da evolução do pensamento e da fala, tem início uma conexão entre ambos, que depois se modifica e se desenvolve.” (VYGOTKY, 1995:103)

Para entendermos de forma mais ampla e satisfatória como se dão as relações entre pensamento e linguagem, precisamos ter em vista que eles se fundem e se desenvolvem no interior das relações intersubjetivas cotidianas dos povos e das sociedades. Este, portanto, é um processo complexo, dinâmico e instável que constrói e reconstrói categorias simbólicas estabilizadas no âmago das culturas. E para dar conta dessas operações lingüístico-cognitivas, optamos por fazer uso da teoria sociocognitivista.

Vale ressaltar, porém, que essa abordagem nada tem a ver com as concepções eminentemente mentalistas que desprezam as experiências sensorio-motoras vivenciadas pelos sujeitos, mas pressupõe uma cognição corporificada e imbricada com a cultura e a sociedade. Afinal, somos sujeitos que interagem socialmente através de práticas discursivas. E, no desenrolar desse processo vivo e cotidiano, mente e corpo operam conjuntamente.

Dessa forma, a linguagem não deve ser reduzida a uma mera representação ou reflexo. Seja representação do mundo, seja representação da mente. A linguagem deve ser encarada como o instrumento a partir do qual construímos sentido para o mundo. E esse entendimento envolve, necessariamente, os processos de categorização, ou seja, a forma com a qual organizamos nossas experiências e damos sentido ao nosso entorno sociocultural. Assim sendo, as categorias não pré-existem à linguagem. Antes, a

linguagem modela e ordena as categorias conceituais, constituindo-se não só no elo de mediação entre o homem e o mundo, como também no instrumento que tem o poder de trazer as coisas à existência.

Isso não significa que negamos a existência do real, pelo contrário, afirmamos que só temos acesso a ele através da linguagem. E é na linguagem de forma interacional que os sentidos são construídos. Portanto, não podemos reduzir o real ao sentido que lhe atribuímos em nossa cultura. Uma vez que essa construção lingüística é produto dos processos de referenciação desenvolvidos e empregados por nós no desenrolar de nossas práticas discursivas. De acordo com BONDÍA,

“E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras”. (BONDÍA, 2002:21)

No intuito de ilustrarmos melhor o que dissemos no parágrafo anterior, escolhemos uma figura bem peculiar não só à cultura universal, como também à cultura do Nordeste brasileiro. Trata-se do boi, animal que, segundo FERREIRA, é descrito da seguinte maneira:

1. Zool. Animal mamífero, artiodáctilo, ruminante, bovídeo, pertencente ao gênero *Bos*. Os chifres são em par, ocos, não ramificados, permanentes. Incluem-se no gênero as raças domésticas, largamente utilizadas pelo homem. [Cf. *touro* (1) e *vaca* (1).]
2. O touro castrado usado no trabalho de carga e na alimentação. (FERREIRA, 1999:313)

O modo como manipulamos as estruturas da língua vai determinar a maneira como organizamos as coisas e, por conseguinte, a maneira como as coisas fazem sentido para nós. A experiência que a nossa cultura tem com o boi elaborou uma contrapartida cognitiva que nos faz compreender que ele é um ótimo animal pra se fazer churrasco ou de que dele tudo pode ser aproveitado. Desde os chifres pra fazer apetrechos diversos até as fezes que servem de adubo. Esse entendimento é ilustrado nos seguintes fragmentos textuais: “Assim que a matlotagem desmereceu em acabar, mesmo fome não curtimos, por um bem: se caçou boi.” (ROSA, 2001:388); “Ali na parede, tinha um chifre de boi de se dependurar roupa, até armador de rede era chifre de boi, naquela Casa.” (ROSA, 2001:348).

Como se vê, a construção sociocultural de sentido de que do boi tudo é aproveitado está cristalizada em nosso amálgama cultural. Na cultura indiana, porém, onde o boi é considerado um animal sagrado, este tipo de concepção é descabido e condenável. É óbvio que essa disparidade de entendimento tem relação direta com as crenças e convicções que norteiam as relações histórico-sociais engendradas a partir de experiências pessoais e coletivas que acabam por determinar a maneira como os sujeitos enxergam a realidade mundana ao seu redor.

Na vida cotidiana dos povos, são construídos conjuntos de crenças e valores que nos parecem naturais e acabados. Como disse CHAUFÍ,

“Cremos na existência do espaço e do tempo, na realidade exterior e na diferença entre realidade e sonho, assim como na diferença entre

sanidade mental ou razão e loucura. Cremos na existência das qualidades e das quantidades. Cremos que somos seres racionais capazes de conhecer as coisas e por isso acreditamos na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira; cremos também na objetividade e na diferença entre ela e a subjetividade. Cremos na existência do bem e do mal, crença que nos faz aceitar como perfeitamente natural a existência da religião.” CHAUI (2006:15)

Em vista disso, parece claro que a manipulação das estruturas lingüísticas tem relação direta com a forma como a imagem do boi foi moldada, bem como, com a finalidade para a qual o animal é destinado. Assim, Oriente e Ocidente concebem, cognitiva e discursivamente, um mesmo animal (objeto de mundo) de formas bem distintas. E por isso mesmo, as estruturas lingüísticas que são selecionadas para fazer referência ao boi têm relação direta com a maneira como uma determinada cultura lida com esse animal. A manipulação das estruturas da língua e a maneira como nós organizamos cognitivamente essa manipulação tem a ver com as nossas experiências de mundo.

Ora, fica claro o caráter semântico que norteia a categorização, ou seja, quando falamos em categorizar não estamos pensando nas relações entre a linguagem e os objetos do mundo (por exemplo, a relação entre a palavra “boi” e o animal “boi”), estamos pensando na relação entre linguagem e categorias, ou seja, em como eu utilizo a palavra boi para fazer referência a uma categoria; como eu consigo colocar diferentes objetos dentro da categoria boi; ou ainda, que significações e sensações essa palavra evoca. É notório, portanto, que se trata de relações semânticas complexas e diversas que envolvem objetos-de-discurso gerados no processo de referenciação.

Para que isso fique mais evidente, recorreremos à Teoria dos Protótipos. Segundo DUQUE,

“Em vez de considerar as categorias como estruturas estáveis e claramente definidas, a Teoria dos Protótipos (doravante TP) as concebe como estruturas de atributos (traços) graduáveis e com limites difusos. Os graus de relevância dos atributos, dentro das categorias correspondem ao fato de que estas se organizam em torno de um centro cognitivo exemplar, dentro do qual as entidades são ordenadas e também incluídas ou excluídas pelos falantes, produzindo o que se conhece como efeitos de protótipo.” (DUQUE, 2003:4)

Em vista disso, entendemos que as categorias não são estruturas homogêneas, mas possuem membros mais ou menos representativos. Neste caso, no Brasil, “boi” é um membro prototípico da categoria “ANIMAL COMESTÍVEL”, enquanto na Índia este mesmo animal faria parte de uma categoria completamente diferente: “ANIMAL SAGRADO”. E, portanto, impróprio para o consumo humano.

Após os esclarecimentos mencionados acima, queremos destacar que o ponto central desse trabalho é justamente a questão da relação entre referência e referenciação e entre referente e objetos-de-discurso. Adotamos, aqui, o termo referenciação (atividade discursiva de construção de sentido), em substituição ao termo referência (espécie de etiquetagem do mundo). Desse modo, a referenciação aparece exatamente como uma alternativa ao conceito de referência.

2. O real e suas significações

“O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá o Chapadão, lá acolá é a caatinga.” (ROSA, 2001:506)

No cerne da Linguística Sociocognitiva é fundamental evidenciarmos as concepções de linguagem e referencialização. Em primeiro lugar, alertamos para o fato de que a noção de que a linguagem teria a função de “etiquetar” o mundo sugere a existência da dicotomia referente (o objeto ou coisa extralingüística) e referência (o significado ou conceito lingüístico). E, nesse caso, a referência seria a relação direta das palavras com o mundo. Além disso, pressupõe-se que essa relação entre referente e referência teria estabilidade e valor de verdade. Preferimos trabalhar com a noção de que os discursos criam, transformam e recriam o mundo constantemente. Por exemplo, na epígrafe desse capítulo percebemos que um mesmo ente do mundo real é nomeado de formas diferentes, o que põe por terra a ideia de uma relação especular ou representacional entre o nome e a coisa nomeada. A obra literária “Grande Sertão: veredas”, da mesma forma, fala de um momento histórico e, ao fazê-lo, nos sugere as ações e a forma de pensar dos sujeitos desse tempo.

Em segundo lugar, postulamos que a realidade abstraída por nós é, na verdade, um produto de nossa percepção cultural. Ou seja, a realidade que nós enxergamos é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais que a transforma em referente por meio da interpretação humana. Sendo assim, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas pela forma como interagimos com ele.

Como se vê, adotamos o entendimento de que as relações entre as palavras e as coisas são instáveis, podendo haver variações sincrônicas e diacrônicas. Acreditamos, também, que a referencialização é um processo mais complexo do que descrição ou atribuição de verdade à coisa. Não há um fenômeno mágico e misterioso ligando palavras e mundo. O que há, na verdade, é um processo de referencialização e não a pura e simples referência. Desse modo, os objetos-de-discurso - produtos dessa atividade discursiva - seriam dinâmicos. E, conseqüentemente, passíveis de serem modificados, desativados, recategorizados, (re) significados, etc. Nas palavras de Mondada,

“Ela [a referencialização] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”. (apud KOCH, 2005:103)

Ainda segundo Mondada,

“O objeto-de-discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em partes suscetíveis de se autonomizar por sua vez em novos objetos”. (apud KOCH, 2005:106).

Porém, isso não significa que o mundo conhecido seja simples produto de nossas atividades cognitivas. O mundo que construímos discursivamente não é uma cópia de um mundo real extralingüístico, mas um ponto-de-vista do que seja o real. Construir conhecimentos não equivale a construir retratos da natureza ou do mundo e sim dar traços inteligíveis a ambos. Ou seja, quando nos referimos a determinado objeto, não o estamos retratando ou refletindo, mas antes, metodologizando, estruturando e organizando fragmentos do mundo objetual a partir de nossas experiências. De acordo com VYGOTSKY,

A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica. (VYGOTSKY, 1995:131)

Defendemos, portanto, a tese de que o saber sobre o mundo é um construto socialmente elaborado mediante atividades coletivas e linguisticamente comunicado através de mecanismos discursivos estabilizados. Não digo que o mundo extramental não existe – até porque seria algo insano –, mas que não se limita à forma como o entendemos ou o comunicamos. E o nosso entendimento a respeito dele é fruto da miscigenação da palavra, do pensamento e da cultura.

3. Processos de referenciação em Grande Sertão

No intuito de ilustrarmos melhor como se dão os processos de referenciação textuais em Grande Sertão, lançamos mão da figura mítica do imaginário cultural universal mais conhecida como “diabo”. A despeito da existência ou não do demo, o fato é que em Grande Sertão essa figura lendária é construída através do discurso textual. Nessa obra literária, efetua-se um processo de desfragmentação desse personagem, de modo que apesar de ser caracterizado por um sem-número de objetos-de-discurso, esses objetos se coadunam entre si. Não caracterizando, portanto, qualidades estanques, mas, ao invés disso, construindo um mosaico multicolor que agrega em torno de si vários esquemas imagéticos que se somam e se fundem.

Na obra roseana, a partir desse recorte, percebemos com riqueza de detalhes como as escolhas de diferentes objetos-de-discurso vão conjuntamente construir uma versão pública de mundo acerca do diabo. Nesse caso, todos os objetos-de-discurso se fundem e formam o amálgama do que chamamos de processo de referenciação. Assim, quando falamos em referenciação, estamos falando das escolhas lingüísticas que colaboram na construção do sentido, ou seja, nas escolhas que acabam por determinar a imagem cultural do diabo. Podemos, então, afirmar que “diabo” é uma categoria e lançarmos a seguinte questão: como essa categoria é construída?

Para melhor respondermos a essa pergunta, é preciso ficar claro que dentro de uma mesma categoria podemos ter inúmeros objetos-de-discurso. Analisemos os fragmentos textuais a seguir:

“Nonada. (...) Daí vieram me chamar. Causa dum bezerro: um bezerro branco, eroso, os olhos de nem ser – se viu –; e com máscara de cachorro. Me disseram; eu não quis avistar. Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beijos, esse figurava rindo feito pessoa.

Cara de gente, cara de cão: determinaram – **era o demo.**” (ROSA, 2001:23)

No fragmento acima, os processos de referenciação são pensados a partir das expressões nominais referenciais “cara de gente”, “cara de cão” e “demo”. As duas primeiras se somam e resultam na terceira. Inferimos daí uma relação de causa e efeito. Ou seja, as expressões nominais referenciais escolhidas caracterizam de tal modo o bezerro que no cerne sociocultural em que os fatos se sucedem conclui-se que se trata do “demo. É importante destacar que os objetos-de-discurso são criados o tempo todo nas nossas relações intersubjetivas. Por exemplo, mesmo que leitor jamais tivesse ouvido a construção discursiva “cara de cão”, ao compreender a idéia que está por trás dela, ele poderia fazer uso da linguagem exatamente como um instrumento para reelaborar lingüisticamente o sentido apreendido da expressão.

Já no fragmento “Moço!: **Deus é paciência. O contrário, é o diabo.**” ROSA, 2001:33. O diabo em “Grande Sertão” é entendido como a não-paciência. Nesse caso, os objetos-de-discurso ou expressões nominais referenciais recuperam uma cultura, um entendimento compartilhado publicamente de que o diabo se contrapõe a Deus. E, por isso, mesmo infere-se que dele provêm as mazelas e as ações impensadas do homem. O objetivo aqui não é fazer nenhum tipo de análise literária, mas mostrar como as escolhas de objetos-de-discurso evocam e estabilizam esquemas imagético-cognitivos em dados entornos socioculturais.

A seguir temos a fundição de vários objetos-de-discurso que juntos vão construir e reforçar uma versão ou um entendimento acerca de como é ou de quem é o diabo:

“O Arrenegado, o Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Pato, o Sujo, o Homem, o isnado, o Côxo, o Temba, o Azarape, o Coisa-Ruim, o Marrafo, o Pé-preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, O-que-nunca-ri, o Sem-gracejos...” (ROSA, 2001:55)

No processo de referenciação acima, cada objeto-de-discurso amplia e enriquece a atividade de construção de sentido. Não é isso ou aquilo, mas sim isso mais aquilo, ou seja, as características não são estanques, mas sim, simultâneas. E esse fato marca o processo de referenciação, ou seja, o processo de construção discursiva da versão pública de mundo do “dito cujo”.

É interessante notar que, apesar do diabo ser mencionado e descrito de formas diversas pelo narrador, não existe nenhuma evidência de sua existência no mundo material ou real. Ao contrário, sua existência é amparada por eventos cognitivos e discursivos que se sucedem no transcorrer da narrativa. E esses eventos produzem expectativa, suadouro, ansiedade, calafrios, medo, taquicardia, ambição e tantas outras sensações corporais e mentais nas pessoas e nos animais, independentemente de sexo ou idade. O personagem Riobaldo afirma, “Fosse lhe contar... Bem, **o diabo regula seu estado preto**, nas criaturas, nas mulheres, nos homens. Até: nas crianças – eu digo. Pois não é ditado: “menino – trem do diabo?”” (ROSA, 2001:26). Após um longo conflito existencial Riobaldo desabafa: “Na verdade real do **Arrenegado**, a célebre aparição, eu não cria. Nem. E, agora, com isto, que falei, já está ciente senhor? Aquilo, o resto... Aquilo – era eu ir à meia-noite, na encruzilhada, esperar **o Maligno** – fechar o trato, fazer o pacto!” (ROSA, 2001:426). E, depois de uma longa e ansiosa espera, pondera:

Ele tinha que vir, se existisse. Naquela hora, existia. Tinha de vir, demorão ou jãjão. Mas, em que formas? Chão de encruzilhada é posse dele, espojeiro de bestas na poeira rolaem. De repente, com um catrapuz de sinal, ou momenteiro com o silêncio das astúcias, ele podia se surgir para mim. Feito o **Bode-preto**? O **“Morcegão”**? O **Xú**? E de um lugar – tão longe e perto de mim, das reformas do Inferno – ele já devia de estar me vigiando, o cão que me fareja.” (ROSA, 2001:436).

Os objetos-de-discurso utilizados no fragmento supracitado remetem a uma tradição sociocultural vigente e cristalizada pelo povo da região onde se passa a narrativa. Por exemplo, a expressão nominal referencial “morcegão” remete aos esquemas imagéticos de sangue, vampiro, morto-vivo, etc. Já a expressão “Xú” recupera a entidade da cultura africana assimilada ao diabo cristão – uma espécie de gênio irascível e vaidoso. Por fim, o termo “Bode-preto” tem relação com rituais de magia negra.

Como vimos, a linguagem não tem meramente a função de dizer o que é. Ela faz ser o que diz. Ela evoca e traz à existência. Ela dá sentido às coisas. Temos a seguir um fenômeno interessantíssimo, que é o fato de Guimarães, ao longo de toda obra, construir a figura do diabo e no final da obra negar sua existência: “Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia.” ROSA, 2001:624. Ora, a despeito da existência ou não desse ente diabólico, o fato é que o entendimento de quem ele seja ou de como ele é já foi cristalizado pelo discurso. Nesse caso, a linguagem não diz o que é, ela faz ser o que diz. Como num ato de evocação, ela traz a existência o que não existia.

4. Considerações finais

Tencionamos com esse breve trabalho evidenciar o entendimento de que as práticas discursivas têm o poder de evocar e manipular representações simbólicas que acabam por estabilizar conceitos de verdade e realidade nas relações cotidianas dos sujeitos nas sociedades. É, exatamente, através dessas práticas discursivas que nossas experiências intersubjetivas e sensório-motoras são significadas e potencializadas. Ora, como falar em cultura sem os processos semióticos de simbolização? Como dissociar o fazer do pensar? Como significar sem o uso da linguagem?

Não há como estudarmos a linguagem, o pensamento ou a cultura sem recorrermos à história do seu desenvolvimento. Não há como fazermos um estudo amplo e profundo, sem acessarmos nossas experiências. Não há como dissociarmos mente e corpo. A consciência humana é moldada pela experiência e pela palavra. E é a partir desta simbiose que compreendemos as coisas e atribuímos sentido a elas.

Desse modo, reafirmamos que não se deve pensar a linguagem sob o ponto de vista da representação, mas levando em conta a *práxis*, pois é na *práxis* que ela ganha vida e dá sentido às coisas num movimento indissociável entre o pensamento e as práticas culturais. E a ação que, por excelência, constrói e reconstrói os objetos-de-discurso é a referenciação. Portanto, os objetos-de-discurso são o produto, sociocultural, da atividade cognitivo-interativa dos sujeitos falantes.

Encerramos, por fim, este breve trabalho com as palavras de VYGOTSKY,

“As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica

da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.” (VYGOTSKY, 1995:132)

Referências Bibliográficas

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

DUQUE, Paulo Henrique. **Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical**. In: M. Cecília Mollica e Cláudia Roncarati (orgs.). Anais do III congresso internacional da ABRALIN. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(21\)13.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(21)13.htm)

KOCH, I.G.V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo. Cortez, 1999.

_____. **A Construção Sociocognitiva da referência**. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Org.). **Linguística e Cognição**. 1ª Ed. Juiz de Fora: UFJF, 2005. P. 95-108.

BONDÍA, Jorge Larossa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In: Revista Brasileira de Educação. I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por Leituras SME; Textos-subsídios ao trabalho pedagógico das unidades da Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Novo Aurélio XXI: o dicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. – 3. Ed. totalmente revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização**. In: KOCH, I.V.; MORATO, E.M. e BENTES, A.C. (Orgs.) Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 19. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.